

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.212 - ES (2019/0355638-9)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : WILLIAM PRATTI (PRESO)  
**ADVOGADO** : CARLOS HENRIQUE BASTOS CORREA - ES022933  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por WILLIAM PRATTI contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (0014055-93.2019.8.08.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi **preso cautelarmente no dia 29/4/2014** (e-STJ fl. 132) pela suposta prática do crime de homicídio qualificado, ocorrido no dia 4/4/2014.

Na ação originária, a defesa alegou excesso de prazo para a formação da culpa. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 130):

**EMENTA: HABEAS CORPUS - 1. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA - INOCORRÊNCIA - FEITO COMPLEXO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - 2. ORDEM DENEGADA.**

1. *Em respeito ao princípio da razoabilidade, diante da complexidade do feito, não há que se alegar excesso de prazo no presente caso. Em casos semelhantes, esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, capitaneado por este Egrégio Tribunal, à luz do princípio da razoabilidade. Registro que no mesmo sentido julguei os habeas corpus nºs 0006538-76.2015.8.08.0000, 0003484-34.2017.8.08.0000, 0016575-31.2016.8.08.0000, 0013503-02.2017.8.08.0000, 0006090-64.2019.8.08.0000, 034350-25.2017.8.08.0000, 0011416-39.2018.8.08.0000, referentes à mesma ação penal, mantendo a coerência decisória para com os citados remédios constitucionais impetrados nesta Câmara Criminal.*

2. **ORDEM DENEGADA.**

Nas razões do presente recurso, a defesa reitera a alegação de

# Superior Tribunal de Justiça

excessiva demora no julgamento da ação penal, ressaltando o tempo de prisão cautelar que se prolonga por cinco anos. Informa que a primeira audiência foi realizada cerca de 1 ano e dois meses após a prisão, a sétima, a última, depois de adiada, teria ocorrido no dia 7/8/2019.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, o relaxamento da da prisão preventiva do recorrente.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, o Tribunal estadual entendeu não haver demora injustificada, como se depreende do seguinte trecho do acórdão (e-STJ fl. 134):

*Conforme o teor das informações prestadas pela apontada autoridade coatora, a persecução processual está em curso, com a designação da audiência de continuação para o dia 07 de agosto de 2019.*

*Extrai-se dos autos que o processo originário se trata de feito complexo, com oito denunciados, que supostamente praticaram um homicídio consumado e outro tentado, sendo ambos triplamente qualificados.*

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, informando de maneira detalhada os eventos que acarretaram eventual demora no processamento da ação penal, bem como o envio da senha para acesso às informações processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

